

LICENÇA DE INSTALAÇÃO (PRORROGAÇÃO)

Nº 08.24.02.001178-1		VALIDADE 07/02/2028
Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 001682/2024 expede a presente LICENÇA DE INSTALAÇÃO (PRORROGAÇÃO) (PLI).		
1 - Nº Empreendimento 00000036346	2 - Razão Social DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - PE	
3 - Endereço AVENIDA CRUZ CABUGÁ, 1033 - SANTO AMARO		
4 - Município Recife - PE	5 - CEP 50040912	
6 - CNPJ / CPF 11.554.474/0001-00		7 - RG / Inscrição Estadual
8 - Caracterização do Empreendimento <p>O empreendimento enquadra-se na Tipologia de Viários, subtipologia Rodovias e Estradas, Código 7.1 - J do Anexo I, da Lei Estadual nº. 14.249/2010 e suas alterações, referente à Prorrogação da Licença de Instalação - (P.L.I.). O empreendimento consistirá na execução do projeto de engenharia para implantação da PE-033, trecho: Entr. PE-60 / Entr. acesso a Mercês, com extensão de 8,66 km, em áreas do Município de Cabo de Santo Agostinho - PE.</p> <p>Trecho: Entr. PE-60 , sn, Zona Rural, 55000000, Cabo de Santo Agostinho - PE</p>		
9 - Exigências <ol style="list-style-type: none"> Executar de acordo com o Projeto Executivo de Engenharia apresentado, ficando proibida a expansão dessa área sem prévia autorização da C.P.R.H; Obedecer ao projeto apresentado referente às obras de proteção das encostas do talude, com vistas a evitar o carregamento do material e executar a revegetação com espécies apropriadas típicas da região, de forma a fixar o material e evitar erosões; Deverão ser adotadas soluções técnicas adequadas à perfeita drenagem das águas superficiais de forma a proteger as vias e as áreas a serem construídas dos processos erosivos; Deverão ser mantidos em boas condições, os acessos às residências, cruzamentos e interseções de estrada; Na eventualidade da necessidade de realocação de rede de serviço (rede elétrica, rede de telefonia, adutoras, etc.), solicitar pronunciamento dos responsáveis pela sua operação e manutenção antes da execução dos serviços; O projeto de sinalização deverá ser elaborado de forma que esteja em consonância com as diversas atividades presentes, além de atender a dois princípios gerais: <ol style="list-style-type: none"> O máximo de segurança para os veículos, pedestres e trabalhadores; O mínimo de inconveniência para o público; Implantar sinalização nas proximidades das habitações, mediante colocação de placas indicativas de PERIGO; Manter sempre úmidos os caminhos e desvios, de modo a evitar o levantamento de poeira, devendo ser realizadas as medidas necessárias para a prevenção da geração de particulados provenientes da operação de máquinas e equipamentos; Fica terminantemente proibido vedar, aterrar ou impedir de alguma forma, a passagem natural das águas dos drenos naturais perenes ou intermitentes na área da propriedade; O empreendedor deverá obedecer às seguintes orientações ambientais, referentes a equipamentos em geral para o canteiro de obras: <ol style="list-style-type: none"> Todos os efluentes provenientes da lavagem e manutenção de máquinas e equipamentos (óleos, graxas, etc.) devem ter como destino uma caixa separadora, para o devido tratamento no sistema específico no canteiro de obras; Deverá ser observado o horário de operação destas atividades, compatibilizando-o com a lei do silêncio, quando as mesmas ocorrerem na 		
12 - DATA EMISSÃO 08/02/2024		Pag.1/3

Documento assinado digitalmente

Assinado em 08/02/2024 17:22:46

Código de Autenticação : IF607AJ6

Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH

Autenticidade em <http://www.cprh.pe.gov.br/assinaturadigital/chanceladigital.php?id=08.24.02.001178-1&cd=IF607AJ6>

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

proximidade de áreas urbanas;

10.3. A operação de máquinas e equipamentos obedecerá aos dispositivos do sistema de sinalização do canteiro de obras;

10.4. A manutenção preventiva e corretiva permanente das máquinas e equipamentos em operação na obra será efetuada, sobretudo considerando a geração de ruídos, a geração de gases e odores e as condições de segurança operacional;

10.5. A instalação dos equipamentos de tratamento e destinação de efluentes e resíduos sólidos obedecerá à legislação de uso e ocupação do solo vigente no município.

10 - Requisitos

1. O empreendedor deverá obter da Prefeitura Municipal a licença de construção;

2. A obra deverá ser realizada de acordo com as normas da ABNT, sendo sua execução da inteira responsabilidade de empresa contratada pelo requerente;

3. A empresa deverá cumprir as exigências previstas na Lei Estadual 14.49/2011 que dispõe sobre o licenciamento ambiental, infrações administrativas;

4. A empresa deverá atender as exigências previstas na Lei Estadual 14.236/2010 que estabelece a Política Estadual de Resíduos Sólidos;

5. No caso de uso de material explosivo, o projeto deverá obedecer à norma técnica NR-19;

6. A vegetação nativa é protegida por Lei Federal 12.651/2012 e não poderá ser retirada sem prévia autorização da C.P.R.H;

7. A supressão da vegetação, caso haja necessidade, só poderá ser efetivada após a autorização específica da C.P.R.H, sendo necessário solicitar autorização para supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo e/ou informativo de corte e transporte de espécies florestais exóticas, informando quantidade e espécies a serem suprimida, dados do responsável pela propriedade, nome da propriedade, endereço completo para correspondência e telefone para contato;

8. Caso haja utilização de material de empréstimo, fica o empreendedor obrigado a utilizar as jazidas licenciadas pela C.P.R.H;

9. A destinação do bota-fora deverá ser feita em local apropriado, licenciado pela C.P.R.H, de forma a não bloquear a drenagem natural do terreno e sem causar prejuízos aos ecossistemas existentes e danos a sua circunvizinhança;

10. A instalação do canteiro de obras deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente no que diz respeito à proteção do meio ambiente;

11. Caso sejam utilizadas usinas asfálticas, associadas ou não ao canteiro de obras, devem se obedecer as recomendações de controle ambiental definidas no projeto "Controle Ambiental de Obras", apresentando cópia da L.O. das mesmas;

12. Não será permitido o lançamento no solo de qualquer efluente líquido, principalmente as águas servidas e/ou resíduos provenientes da manutenção (óleo, graxas, etc.) dos equipamentos, sem tratamento adequado, em consonância com a Legislação vigente e prévio licenciamento da C.P.R.H;

13. A emissão de sons e ruídos em decorrência das diversas atividades previstas deverá obedecer aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidas pela legislação vigente (resolução CONAMA nº 01/90, normas da ABNT: NBR nº 10151 e NBR nº 10152);

14. Caso venha existir reclamações da população vizinha em relação a problema de poluição Ambiental causados pelo empreendedor, este deverá tomar as medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência, de acordo com a Legislação Ambiental;

15. Durante a execução das obras não utilizar áreas protegidas como local de movimentação e deposição de materiais bem como local de manobra para máquinas e equipamentos de maneira a não causar dano à cobertura vegetal existente;

16. As áreas que serão utilizadas em apoio aos serviços de construção, quando desativadas deverão ser submetidas a um programa de recuperação e reintegração à paisagem circundante;

17. Deverá ter prévia anuência da C.P.R.H qualquer alteração/modificação nos projetos aprovados através desta L.I.;

18. A presente Licença Ambiental deverá ser afixada em lugar visível no canteiro de obra, sob as penas da Lei;

19. O não atendimento às exigências e prazos implicará na perda da validade da presente Licença de Instalação - (L.I.).

11 - Observação

1. A presente licença fundamenta-se no traçado gráfico dos limites da propriedade apresentado, não implicando por parte da C.P.R.H no reconhecimento da veracidade do levantamento, nem do direito de propriedade;

2. O empreendedor e/ou Construtor é responsável civil, penal e administrativamente pelos danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer parte da presente licença;

12 - DATA EMISSÃO

08/02/2024

Pag.2/3

Documento assinado digitalmente

Assinado em 08/02/2024 17:22:46

Código de Autenticação : IF607AJ6

Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH

Autenticidade em <http://www.cprh.pe.gov.br/assinaturadigital/chanceladigital.php?id=08.24.02.001178-1&cd=IF607AJ6>

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

3. Fica o empreendedor e/ou Construtor responsável pela integridade física das edificações na área de influência do empreendimento;
4. As licenças ambientais serão renovadas mediante requerimento protocolado perante a C.P.R.H, até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento.

12 - DATA EMISSÃO

08/02/2024

Pag.3/3

Documento assinado digitalmente

Assinado em 08/02/2024 17:22:46

Código de Autenticação : IF607AJ6

Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH

Autenticidade em <http://www.cprh.pe.gov.br/assinaturadigital/chanceladigital.php?id=08.24.02.001178-1&cd=IF607AJ6>

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º